

Cadernos **IHU** *ideias*



JESUITAS BRASIL

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 18 • nº 308 • vol. 18 • 2020



Violências, injustiças e sofrimento humano:
o impacto das desigualdades sociais nas
percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche

Lina Faria e Rafael Andrés Patiño



Cadernos

IHU *ideias*

Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche

Lina Faria

Doutora em Saúde Coletiva pelo IMS/Uerj e docente permanente do
Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Saúde da Família
MPSF/PROFSAÚDE/UFSB

Rafael Andrés Patiño

Doutor em Psicologia pela UFBA e docente permanente do Programa de
Pós-Graduação em Estado e Sociedade PPGES/UFSB

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 18 • nº 308 • vol. 18 • 2020



Resumo

A desigualdade social é um problema global que aflige com maior intensidade as populações dos países mais pobres. Seus efeitos reverberam de forma diferente nos sistemas de saúde, nas relações sociais e nas condições de vida das pessoas. O presente trabalho irá descortinar um grande painel produzido pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), em relatórios oficiais para os anos compreendidos entre 2012 e 2020. A documentação revela um cenário de fragilidade das estruturas econômicas, políticas, sociais e sanitárias associadas a fenômenos como violência, sentimento de injustiça e sofrimento. A segunda parte trará um desafio igualmente ambicioso, de recorte sobretudo interpretativo e preliminar das análises, interpretações e narrativas de caráter sociopsicológico e filosófico de pensadores hoje em dia considerados clássicos, a exemplo de Ignacio Martín-Baró, Paul Ricoeur e Friedrich Nietzsche, no que tange às discussões sobre os conceitos e fenômenos alinhados com os relatórios da OPAS/OMS.

Palavras-chave: Desigualdades Sociais; Violências, Injustiças, Sofrimento.

Abstract

Social inequality is a global problem that afflicts the populations of the poorest countries with greater intensity. Its effects reverberate differently in health systems, social relationships and people's living conditions. This study will unveil a large panel produced by the Pan American Health Organization (PAHO) and the World Health Organization (WHO) in official reports for the years 2012 to 2020. The documentation reveals a scenario of fragility of economic, political, social, and sanitary structures that originate phenomena such as violence, injustice and suffering. The second part will bring an equally preliminary attempt to face the challenges, mainly of an interpretive nature, posed by the sociopsychological and philosophical works of thinkers Ignacio Martín-Baró, Paul Ricoeur, and Friedrich Nietzsche, in line with, and as a reaction to, the Reports discussed in the first part of the present study.

Keywords: Social Inequalities; Violence, Injustice, Suffering.

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XVIII – Nº 308 – V. 18 – 2020

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: Bel. Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: Pixabay

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues e Ricardo Machado

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- . . . v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil

VIOLÊNCIAS, INJUSTIÇAS E SOFRIMENTO HUMANO: O IMPACTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NAS PERCEPÇÕES DE MARTÍN-BARÓ, RICOEUR E NIETZSCHE

Lina Faria

Doutora em Saúde Coletiva pelo IMS/Uerj e docente permanente do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Saúde da Família MPSF/PROFSAÚDE/UFSB

Rafael Andrés Patiño

Doutor em Psicologia pela UFBA e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade PPGES/UFSB

Introdução

As condições de vida na Região das Américas, que demarcam as zonas do capitalismo periférico¹, são profundamente associadas às desigualdades sociais e a seus correlatos, que se explicitam por crescentes ondas de violência, graus elevadíssimos de injustiça social e sofrimento humano.

A primeira parte do presente estudo irá descortinar um grande painel produzido pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), em relatórios oficiais para os anos compreendidos entre 2012 e 2020. A documentação revela um cenário cruel, que exige a compreensão de seus elementos mais críticos e uma

1 Sobre definição de capitalismo periférico, ver Schwarz, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Editora 34, 2000, 256 p.

visão integradora dos fenômenos sociais em questão, enfatizando não somente sua complexidade, mas, em especial, a precariedade das estruturas econômicas, políticas e sociais que originam tais fenômenos.

A segunda parte trará um desafio igualmente ambicioso, de recorte sobretudo interpretativo e do qual procuraremos dar conta em um esforço, ou delineamento, apenas preliminar. Para esse fim, iremos recorrer às análises, interpretações e narrativas de caráter sociopsicológico e filosófico de pensadores hoje em dia considerados clássicos, a exemplo de Ignacio Martín-Baró, Paul Ricoeur e Friedrich Nietzsche, no que tange às discussões sobre os conceitos e fenômenos alinhados na primeira parte. A temática das realidades que se entrelaçam, de violência, injustiça e sofrimento, será examinada em primeiro plano. Na abordagem do jesuíta, pensador e psicólogo social espanhol Ignacio Martín-Baró (1942-1989), o conceito de violência é discutido a partir de uma perspectiva psicossocial; na obra do pensador e filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005), o conceito de justiça é interpretado como desdobramento da fenomenologia hermenêutica e do pensamento da alteridade; e na produção filosófica e de crítica cultural do alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900), o conceito de sofrimento é submetido a uma “hermenêutica da suspeita”, que o situa como uma etapa necessária ao processo de crescimento humano.

Relatórios da OPAS/OMS sobre as desigualdades na Região das Américas

O estudo se abre com um painel de corte demográfico-sanitário, produzido pela OPAS e pela OMS. Uma premissa norteadora desta primeira parte é a proximidade ou entrelaçamento entre dimensões socioeconômicas e de saúde, de um lado, e os rumos tomados por situações e processos iníquos que originam e reproduzem, por outro lado, um quadro de violência, injustiça social e sofrimento humano.

Trabalhar com o fenômeno das desigualdades sociais nos remete ao estudo de territórios, memórias, narrativas, subjetividades e condições objetivas de vida, cujas especificidades necessitam ser conhecidas. A epidemióloga Rita Barata (2009) aponta alguns elementos nessa direção, ao demonstrar o modo pelo qual as desigualdades sociais refletem situações de injustiça e sofrimento social e produzem cenários favoráveis à eclosão de violências de vários tipos ou configurações. O quadro social de múltiplas iniquidades retrata indivíduos e/ou comunidades em desvantagem com relação às oportunidades de saúde, educação, moradia, transporte, trabalho, entre outros fatores que, se ausentes das políticas públicas, favorecem condições de vida indignas, injustas e desumanas.

Têm havido avanços e retrocessos. Entre os primeiros, o Relatório da Organização Pan-Americana da Saúde sobre as Américas, em 2012, comemorava as conquistas alcançadas nas últimas décadas em vários países dessa região. Entre as conquistas, o aumento da expectativa de vida entre os anos 1980 e 2011, além da diminuição na proporção de pessoas desnutridas, com taxas de desnutrição infantil menores e baixas taxas de mortalidade entre crianças com menos de cinco anos. Mas, apesar das expectativas positivas, o Relatório indicava que as desigualdades socioespaciais e as iniquidades (especialmente no tocante ao acesso aos serviços de saúde) persistiam na Região, e que os indicadores positivos, de certa forma, mascaravam diferenças inquietantes de país para país (OPAS/OMS, 2012).

Ainda de acordo com o Relatório, as iniquidades e desigualdades sociais são também evidentes quando se observam baixos níveis de escolaridade e de renda, que refletem também em taxas crescentes de violência, uma vez que os fatores estruturais das condições de vida operam em vários níveis para gerar violências, injustiças e processos de exclusão. Cabe ressaltar que, nas Américas, a violência se concentra muitas vezes nas áreas mais pobres e marginalizadas das grandes cidades: Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro (Brasil), Bogotá (Colômbia), Cidade do México (México) e Santiago (Chile). Além disso, a violência ocorre com mais frequência nos locais em que riqueza e pobreza extrema se aproximam – como acontece em áreas urbanas no Brasil, Colômbia, México e Venezuela (OPAS/OMS, 2012).

Desigualdades sociais no Brasil

No capítulo sobre o Brasil, o Relatório da OPAS de 2012 lembra que o país experimentou, entre 2000 e 2014, um crescimento econômico significativo, com a criação de 10 milhões de empregos formais e por meio dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que, ainda segundo o documento, ajudou a melhorar as condições de vida nas áreas pobres. O Relatório mostra também a redução da mortalidade de crianças com menos de 5 anos, como reflexo do controle de doenças evitáveis por vacinação e a diminuição do analfabetismo no país (OPAS/OMS, 2012, p. 82).

O Relatório menciona os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) que reconhecem a saúde como parte de uma política social de Estado, a importância do acesso universal e igualitário à saúde, além da formação de uma rede regionalizada e hierárquica que presta serviços sob a responsabilidade compartilhada entre os níveis de governo (OPAS/

OMS, 2012, p. 83). O SUS vinha garantindo, com recursos públicos, o acesso a serviços e tecnologias em saúde para toda a população. Desde final dos anos 1990, o Brasil vinha diminuindo as desigualdades sociais, ampliando a cobertura de assistência e implementando políticas de inclusão social que levaram à redução da pobreza e à melhoria gradual da situação de saúde.

Diz ainda o Relatório, que a América Latina, em especial o Brasil, tem sido o continente que mais incentivou a diminuição da desigualdade, da pobreza e da miséria, desde o início do século, promovendo direitos sociais da grande massa da população. As mudanças ocorridas entre os anos de 2000 e 2014 melhoraram consideravelmente a situação social do continente, considerado o mais desigual do mundo. Contudo, a negligência e a escassez são ainda palavras de ordem no continente. As ações de algum impacto não se traduziram na diminuição da violência; entre 2008 e 2014 as taxas de homicídios aumentaram (IPEA, FBSP, 2016), em particular nas áreas mais pobres e marginalizadas das grandes cidades, locais em que a riqueza e a pobreza extrema se aproximam. As disparidades econômicas, sociais e demográficas, especialmente nas periferias das grandes cidades latino-americanas, atingem principalmente os jovens pretos, vítimas dessa tragédia urbana, levando-os à adesão à criminalidade e ao tráfico de drogas (GLAZER, 1975; SCHRAIBER, 2014).

O Atlas da Violência de 2019, que apresenta uma análise dos municípios brasileiros, demonstra como os homicídios nas regiões Norte e Nordeste do país estão associados a conflitos entre facções. O estudo revela diferenças entre as condições de desenvolvimento humano nos diversos municípios brasileiros, identifica uma heterogeneidade na prevalência da violência letal e chama atenção para o aumento das violências nas periferias (IPEA, 2019). O Atlas da Violência de 2020 revelou que o risco de ser vítima de violência por raça, cor e/ou gênero é maior entre homens negros (74%) e mulheres negras (64,4%) (IPEA, 2020).

Os impactos das desigualdades sociais na saúde

Se as primeiras décadas no pós-2000 assistiram a algum avanço no combate à pobreza, à miséria, à violência, à fome e à mortalidade infantil, no quadro sanitário persistem dados de enormes disparidades. O Relatório de 2017 “Saúde nas Américas+”, que abrange os anos de 2012 a 2017, discute as condições, os determinantes e as tendências da saúde na Região das Américas. De acordo com o Relatório, atingiram-se vários objetivos de desenvolvimento previstos na última década e, nesse contexto, a América Latina e o Caribe fizeram avanços importantes contra a

pobreza, a miséria, a violência, a fome e a mortalidade infantil. Por outro lado, a redução do impacto das doenças não transmissíveis assim como a menor incidência de certas doenças transmissíveis, como a tuberculose e a Aids, não lograram superar o cenário de disparidades regionais e dificuldades de acesso da população aos serviços e sistemas de saúde (OPAS/OMS, 2017; CAMPELLO et al. 2018, p. 62).

A pandemia da Covid-19 (Sars-CoV-2) tem demonstrado cabalmente tais limitações, das quais o financiamento desigual e fragmentado da saúde sobressai como um ponto crítico. Ainda hoje, vários países na Região das Américas têm esse mesmo problema nos seus sistemas de saúde e não conseguem responder, equitativamente, no atendimento da sua população durante a pandemia do Sars-CoV-2.

No Brasil, a pandemia atingiu o país no meio de uma agenda política de reformas centrada na austeridade fiscal e na redução do papel do Estado na economia, que vem aumentando o desemprego e aprofundando a crise sanitária no país. Essa agenda de austeridade, segundo Almeida-Filho, em entrevista à IHU On-Line, “desfinanciou” o SUS e fragilizou a estrutura de proteção social em um contexto de aumento da pobreza e das desigualdades sociais de toda ordem, desigualdades de gênero, de raça/etnia, de classe social, territoriais (IHU, 2020).

Segundo Campello e seus coautores (2018), há múltiplas situações de privação de direitos, diante da ausência de políticas públicas, que produzem desigualdades sociais. Estas se traduzem no difícil acesso à educação pública de qualidade, ao abastecimento d’água, à saúde e saneamento, à energia, à moradia e bens de consumo elementares. São dimensões da desigualdade que se tornam mais graves nas periferias. Gohn (2019) por sua vez destaca a importância da participação da sociedade civil na tomada de decisões sobre agendas decisórias e na construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, que modifiquem esse quadro de privações de direitos.

No tocante à saúde, a OPAS lançou recentemente o Relatório “Sociedades justas: Equidade em saúde e vida com dignidade”. O Relatório propõe metas prioritárias para reduzir as iniquidades no acesso aos serviços de saúde. É criada a Comissão sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas que assume o papel de apresentar recomendações para se atingir equidade em saúde, mediante o desenvolvimento de ações coordenadas entre governos locais, regionais e nacionais, organizações transnacionais e sociedade civil, para abordar, em conjunto, os condicionantes ou, em última análise, os determinantes sociais da saúde. Reitera-se que a distribuição desigual de serviços e bens de saúde, mesmo quando ocorrem melhorias sociais, impacta o conjunto das popula-

ções marginalizadas. O Relatório de 2019 aponta para substanciais desigualdades na saúde dentro de cada país, das quais são vítimas de injustiça social, principalmente, a população periférica, os povos indígenas e afrodescendentes, privados do acesso a direitos em condições de igualdade jurídica (HONNETH, 2010).

Neste mesmo ano a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) alertou, no Relatório “Panorama Social da América Latina 2019”, para retrocessos nos esforços para a redução da pobreza e da desigualdade na região, com riscos para o desenvolvimento social e político. Segundo o Relatório, a previsão é que o número de pobres e miseráveis chegue a quase 191 milhões ao final de 2019 – 6 milhões a mais do que em 2018, especialmente por causa da situação da Venezuela e do Brasil. Como parte das reflexões do sociólogo Nathan Glazer (1975), o Relatório constata a urgência na reconstrução de Estado de bem-estar social, baseado em direitos e igualdade, que deem a seus cidadãos acesso a sistemas integrais e universais de proteção social e a bens públicos essenciais, como saúde e educação de qualidade, moradia e transporte (NU/CEPAL, 2019). Para Glazer, faz-se necessário resgatar a necessidade imperiosa de os governos impulsionarem e fortalecerem oportunidades e condições de trabalho para a população desassistida.

Ainda na linha do bem-estar social, no corrente ano a OPAS lança o Relatório “Respuesta de la Organización Panamericana de la Salud a la Covid-19 en la Región de las Américas”, com dados sobre contaminação e letalidade em diferentes países. Os EUA lideravam o número de casos confirmados e de mortes pela Covid com cerca de 54% de casos, e o Brasil com 23%, também em toda a região (OPAS/OMS, 2020).

Populações que têm sido afetadas historicamente pelas desigualdades sociais, como consequência da ausência de políticas públicas em educação básica e saneamento para garantir água de qualidade, promover condições dignas de moradia e oferta de trabalho, além de outros fatores sociais favoráveis à saúde, têm sido mais afetadas pela Covid-19, a exemplo das populações indígenas, quilombolas e as comunidades ribeirinhas. O Relatório indica como ponto crítico a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, em função das barreiras geográficas, da discriminação e estigma que sofrem esses grupos mais vulneráveis.

O Brasil registra altas taxas de incidência da Covid-19 entre os povos indígenas, que sentem o impacto do avanço agressivo da pandemia. Outros grupos vulneráveis, como os idosos, são muito afetados. O Relatório da OPAS registra mais de 80% de mortes nesta faixa etária em países da Região. De certa forma por decorrência da obrigatoriedade do isolamento social, o Relatório chama a atenção para o aumento da violên-

cia doméstica durante a pandemia, que atinge também mulheres e crianças.

Um olhar interpretativo sobre os conceitos

Os dados exigem um olhar crítico e interpretativo. As violências, as injustiças e o sofrimento humano são generalizados na Região das Américas e estão, portanto, intrinsecamente relacionados às desigualdades e iniquidades sociais. A violência não é um fato marginal nas relações interpessoais; cresce com as desigualdades e a injustiça social, é reforçada por esses fatores. O pensador Ignacio Martín-Baró lembrava suas múltiplas consequências: sofrimento, dor, desesperança. Esse contexto, ao decompor a estrutura individual e social, potencializa as iniquidades, a pobreza e as desigualdades sociais (MARTÍN-BARÓ, 1999).

Como frutos de processos históricos, sociais, econômicos e culturais complexos e dinâmicos, as manifestações das violências, das injustiças sociais e do sofrimento humano na vida cotidiana são muitas vezes naturalizadas, como uma resposta normal das pessoas aos seus problemas. Essas manifestações fazem parte de processos que fragilizam as relações humanas.

Em razão de constituir conceito amplo e complexo, a desigualdade social afeta países e coletividades de modos diferenciados, levando-se em consideração os aspectos estruturais e conjunturais; está em jogo uma pluricausalidade. Determinar as causas e consequências não é uma tarefa fácil, uma vez que não se pode dissociar a pluricausalidade de elementos teórico-práticos, como sofrimento e injustiça, exclusão social e pobreza, de outros elementos de caráter simbólico ou identitário, como autonomia e conscientização (FARIA, CASTRO SANTOS, 2020).

Em todas as sociedades, as situações de desigualdades, violência, injustiça e sofrimento tendem a variar entre os grupos sociais. São temas que vêm sendo há décadas discutidos pela literatura, nacional e internacional, e por organizações internacionais, como a OPAS e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Muito já foi escrito na História, Linguística, Literatura, Antropologia, Filosofia para mostrar que toda a narrativa sobre esses temas é apropriada pelos sujeitos com base em suas próprias experiências e subjetividades.

Outro termo considerado como categoria importante nas análises que buscam relacionar desigualdades com violências, injustiças, sofrimento, iniquidades e direitos sociais é o conceito de exclusão social (PATINO, FARIA, 2019). As sociedades são violentas e injustas porque aceitam a exclusão e transformam as diferenças em desigualdades sociais,

que reforçam a relação desigual entre ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres (CHAUÍ, 2018). O outro jamais é reconhecido como sujeito com direitos, “jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade”. Este é, na visão filosófica de Paul Ricoeur (1991), um dos problemas que marcam os tempos modernos, e não apenas em sociedades subdesenvolvidas, onde os excluídos dos direitos sociais tornam-se alvos mais imediatos da violência.

Impressiona como análises de décadas atrás continuam atuais quando se abordam temas como exclusão e iniquidade. Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, cuja primeira edição é de 1996, fala de uma “ideologia fatalista e imobilizante”, base de um discurso neoliberal, que reforça iniquidades e injustiças. Do ponto de vista dessa ideologia, a realidade não pode ser mudada; os “condenados da terra” (lembrando Frantz Fanon, 1968), os excluídos, serão sempre “os esfarrapados do mundo”, diz Freire (2019, p. 16). Do ponto de vista da ética social, é totalmente condenável a exploração do ser humano em todas as esferas da vida; a ética condena o cinismo do discurso mentiroso; a ética condena comportamentos imorais e perversos (BOK, 1999).

A persistência de indivíduos e/ou grupos em situação de exclusão social e pobreza, em países na Região das Américas, contribui com índices elevados de vulnerabilidade social e difícil acesso a serviços e equipamentos públicos, aos bens materiais e imateriais, e a oportunidades que permitam às pessoas a reprodução da vida em condições sociais dignas. Essas desigualdades sociais, econômicas e no exercício da cidadania, afetam ainda a saúde mental daqueles submetidos às práticas de exclusão social. O acesso à educação e saúde, trabalho e renda, habitação e transporte, cultura e lazer, meio ambiente sustentável e redes de suporte social favorece a redução das iniquidades nesses territórios.

Um ponto de inflexão no debate

No presente texto, busca-se neste ponto realizar uma inflexão, sobrepondo à descrição sociológica, reiterada nas páginas iniciais, uma breve discussão sobre conceitos de base psicológica e filosófica, discutidos pelos pensadores Ignacio Martín-Baró, Paul Ricoeur e Friedrich Nietzsche, como ponto de partida para entender as explicações mais frequentes para a violência, a injustiça e o sofrimento humanos. Para tal, tomam-se como referência importante os trabalhos do psicólogo social Ignacio Martín-Baró, que define o conceito de violência a partir de uma perspectiva psicossocial; Paul Ricoeur, que discute o conceito de justiça na perspec-

tiva da fenomenologia hermenêutica; e Friedrich Nietzsche, que analisa o conceito de sofrimento na perspectiva da perda e da tragédia do existir.

Ignacio Martín-Baró: o conceito de violência sob uma perspectiva psicossocial

Quais seriam os instrumentos, mecanismos e processos para a redução da violência nas comunidades? Como os sujeitos constroem sentidos e significados a respeito do que é ou não violento? Há necessidade de considerar-se as interpretações e formas pelas quais os sujeitos constroem sentidos, significados e subjetividades a respeito do que é ou não violento.

A perspectiva psicossocial no estudo da violência como fenômeno complexo permite analisar “como [esta] surge e se configura na junção entre a pessoa e a sociedade, nesse momento constitutivo do humano em que forças sociais se materializam através dos indivíduos e os grupos” (MARTÍN-BARÓ, 1999, p. 365).

Martín-Baró, assassinado por milícias em El Salvador, exerce seguramente grande influência no questionamento das diferentes dimensões e consequências psicossociais da violência. Discute-se brevemente sua definição de violência, assim como as análises sobre suas diferentes dimensões constitutivas, seus efeitos psicossociais e os problemas específicos criados em um contexto de generalização da violência em momentos de guerra. O autor descreve elementos contextuais e teóricos que foram determinantes nas elaborações do conceito da violência, tomando como ponto de partida o cenário da guerra civil em El Salvador.

Segundo sua perspectiva, existiria uma confusão sobre o termo violência, tanto no seu uso cotidiano como na sua utilização pelos cientistas sociais. Etimologicamente, a palavra violência deriva do latim vis, que significa força. Tradicionalmente, na psicologia há um debate a respeito da diferença entre agressão e violência. Para Martín-Baró (1999) o conceito de violência é mais amplo do que o conceito de agressão, já que a agressão seria apenas uma de suas formas, aquela em que a violência se aplica intencionalmente para ferir ou causar dano.

Por este motivo, para Baró é possível reconhecer a existência da violência estrutural ou institucional; entretanto, não haveria agressão estrutural, pois é “difícil provar que uma estrutura social tenha a intenção de fazer dano” (MARTÍN-BARÓ, 1999, p. 366).

Por outro lado, a psicologia, de modo geral, possui um entendimento diferente a respeito dessa diferença conceitual: enquanto a violência é valorada negativamente, a agressão é considerada parte integrante do

psiquismo humano, sendo a violência geralmente julgada como uma forma nociva de agressão. Nessa última versão, a compreensão se inverte porque o conceito de agressão torna-se mais abrangente que o de violência (DOMÈNECH, IÑIGUEZ- RUEDA, 2002).

Nas teorias da psicologia social contemporânea, a agressão e a violência têm um carácter relacional: isto é, manifestam-se contra alguém e são executadas por alguém. Desta forma, um ato agressivo se localiza em contextos de interações intersubjetivas (interpessoais ou intergrupais), possui uma dimensão intencional que causa um dano e, finalmente, é acima de tudo, um comportamento antinormativo (DOMÈNECH, IÑIGUEZ-RUEDA, 2002). No entanto, esta definição de violência como ato antinormativo corre o risco de esconder formas de violência institucionalizadas ou aceitas pelo ordenamento jurídico de uma determinada sociedade, como, por exemplo, a violência policial, que frequentemente afeta mais os grupos populacionais vulneráveis às desigualdades sociais, entre eles, pobres, negros e jovens.

Uma perspectiva da psicologia social que se poderia denominar de latino-americana introduz a questão pelo sentido ou significado do ato, ao entender que a “compreensão [da violência] exige valorar a significação do fato ao nível de seu autor (pessoa ou grupo), como no contexto do marco social no qual se produz” (MARTÍN-BARÓ, 1999, p. 368).

Esta opção implica que as ações possuem “um sentido nem sempre discernível desde fora, cujas raízes e consequências têm que ser buscadas nas estruturas históricas de uma sociedade” (MARTÍN-BARÓ, 1999, p. 369). Sob esta perspectiva, os estudos sobre violência devem considerar a forma como sujeitos ou comunidades constroem sentidos e significados a respeito do que é ou não violento. O que é considerado violência em uma determinada cultura não necessariamente é valorado da mesma forma em outro lugar. Daí a importância da perspectiva psicossocial no estudo da violência como fenômeno complexo. Este enfoque permite analisar “como [esta] surge e se configura na junção entre a pessoa e a sociedade, nesse momento constitutivo do humano, quando forças sociais se materializam através dos indivíduos e dos grupos” (MARTÍN-BARÓ, 1999, p. 365). Práticas associadas às desigualdades sociais podem ser interpretadas como atos que ferem a dignidade dos sujeitos ao colocá-los em uma posição de subalternidade. Por esse motivo, a violação de direitos ou a discriminação podem ser entendidas como ações violentas.

Segundo a visão de Martín-Baró, há três pressupostos básicos sobre a violência. Em primeiro lugar, ela existe sob múltiplas formas que devem ser diferenciadas, a exemplo dos fenômenos distintos da violência estrutural, institucional e interpessoal. Por outro lado, a violência tem uma di-

menção histórica, por isso deve ser entendida dentro do contexto social onde se produz. Finalmente, os atos de violência social possuem um peso autônomo que os dinamiza, podendo gerar uma “espiral de violência”.

Em diálogo com esses pressupostos, a psicologia social crítica entende que os estudos sobre violência devem tentar compreender os recursos interpretativos usados pelos sujeitos para “significar” a violência; tais estudos “se interessam pelas explicações que os membros de uma comunidade utilizam para defini-la, isto é, se interessarão pelos discursos em torno da agressão e da violência” (DOMÈNECH, IÑIGUEZ- RUEDA, 2002, p. 9).

As considerações acima também reconhecem a importância da atribuição de significado para a compreensão dos danos e consequências subjetivas e intersubjetivas associadas às experiências de violência.

A partir destas considerações teóricas é possível pensar como certas formas de menosprezo, próprias das desigualdades sociais, afetam e podem ser interpretadas pelos sujeitos como uma forma de violência intencional. Apoiados na teoria do reconhecimento intersubjetivo de Axel Honneth (2010), entendemos que a privação de direitos, a discriminação e a marginalização que caracterizam as dinâmicas das desigualdades sociais podem ser interpretadas pelos sujeitos como acontecimentos que os menosprezam em um aspecto essencial de sua integridade pessoal de forma intencional, constituindo delitos morais. Essa experiência subjetiva de menosprezo é interpretada como uma injustiça moral e gera um dano na relação do sujeito consigo mesmo e com os outros. É dentro desta lógica que podem ser interpretadas as consequências subjetivas não só da agressão física, mas também das distintas formas de violência institucional ou estrutural, que reproduzem as dinâmicas de dominação e manutenção das desigualdades sociais.

Enfim, a gramática das desigualdades sociais precisa ser compreendida nas consequências subjetivas e de sofrimento que suas dinâmicas produzem. O sofrimento faz parte integrante da experiência humana e não é necessariamente patológico (como tem sido considerado por algumas abordagens), mas torna-se patológico quando começa a impedir de viver. Por isso, o sofrimento procedente do social, associado a desigualdades sociais e práticas de exclusão pode derivar em uma síndrome de autoexclusão, caracterizado por inibição do pensamento e das emoções, comportamentos violentos, perda do autocuidado e rompimento dos vínculos sociais (FURTOS, 2007). Por esse motivo a saúde mental está diretamente relacionada com os pactos e as políticas públicas sociais de cada sociedade. Uma sociedade mais igualitária é uma sociedade que respeita

a dignidade dos seus membros, cuidando de não produzir políticas orientadas a reproduzir delitos morais e sentimentos de injustiça.

Injustiça e indignação segundo Paul Ricoeur: o sujeito injustiçado

Se partirmos das reflexões sobre as “fronteiras de tensão” entre campos ou territórios constitutivos das ciências humanas, da história e da filosofia, com base no pensamento de Paul Ricoeur, não há como enunciarmos uma “natureza” humana bruta, de tal forma que sejamos capazes de enunciar verdades válidas para todos, em todos os momentos e circunstâncias. Devemos contar, então, com condicionamentos ou mediações que nos fazem ser de tal maneira e não de outra. Neste cenário, Paul Ricoeur não identifica o sujeito como uma substância, dotado de uma consciência capaz de singularizá-lo diante do Outro. Além de enfrentar as aporias sobre o tempo, ele faz um enxerto hermenêutico na fenomenologia. Ao inscrever a interpretação em um processo histórico de produção de significados, reconhece o lugar central da linguagem como discurso e a imagem do homem como um “cogito ferido” - atravessado e constituído pela alteridade diante de si mesmo e pela alteridade de si diante de outros. O sofrimento é parte irredutível desta natureza humana, identificada por Ricoeur em relação ao “cogito ferido”. O homem jamais seria transparente a si mesmo, ele é estranho a si e só pode se conhecer por meio de múltiplas mediações, atravessadas pelo tempo. Não se apresenta, nesse sentido, como o “cogito exaltado” de Descartes, diante de tais mediações (RICOEUR, 1985; DOUEK, 2011, p. 33).

O “sujeito” em Ricoeur reflete o movimento dialético, no tempo histórico, entre “idem” e “ipse”, entre a *identité-mêmeté* e a *identité-ipséité*. A identidade “idem” supõe, como Ricoeur explica em *O si-mesmo como um outro* (1991), uma permanência no tempo, uma estabilidade de traços, afetividades, condutas. Opõe-se à identidade “ipse”, a mudanças, ao cambiante, ao variável. Assim, abrem-se possibilidades para outras modalidades de “identidade não idêntica”. A narrativa permite designar ou articular, no relato biográfico, a “parte movediça”, em mutação, à parte “estável”, mesma, de modo a compor a identidade pessoal. Aqui reside, em sua amplitude, a perspectiva ética da construção identitária (TRUC, 2005).

Essas reflexões também contribuíram para as suas discussões sobre justiça, injustiça e alteridade, presentes em suas obras *O Justo* e *O Justo2*. O que interessa a Ricoeur quando realiza seu estudo sobre o “justo” é compreender seu lugar na ética, ou seja, tanto do ponto de vista da teleologia quanto da deontologia. Sob o primeiro aspecto, o justo apa-

rece sob a égide do “bom”, em que “marca a extensão das relações interpessoais nas instituições”; quanto ao segundo, se apresenta como o “legal”, no “sistema judiciário conferindo à lei coerência e direito de coerção” (RICOEUR, 1991, p. 231).

As injustiças sociais são tão antigas quanto a humanidade, e vêm ampliando suas formas de manifestação nos dias atuais. Segundo Ricoeur (2001), é pela incapacidade do homem de escapar totalmente ao mal que afeta o exercício das liberdades humanas, que se cometem injustiças. Pela incapacidade de agir com ética, de se enxergar a si mesmo e ao outro, respeitando os símbolos e valores que estruturam nossa compreensão das relações sociais no campo da alteridade. A justiça se configura quando o indivíduo reconhece a si mesmo como alguém que busca equidade e pratica justiça nas relações humanas, crucial para que haja harmonia na convivência social (ROSSETTI, 2015).

Em *O si-mesmo como um outro*, Ricoeur (1991) realiza um movimento reflexivo e dialético sobre a consciência e o sujeito, com base em leituras de Marx, Freud e Nietzsche. Ricoeur atribui duas categorias ao sujeito: “sujeito falível” (a falibilidade humana pode levar o homem a cometer injustiças) e o “sujeito capaz” (autor de suas ações e responsável pelos seus atos). Sua análise aborda a multiplicidade possível das relações sociais e o efeito sobre a identidade, como dimensão mutável no sujeito.

Sua reflexão sobre justiça inscreve-se em seus estudos sobre a ética e a filosofia política. Ricoeur inicia sua discussão partindo do conceito de injustiça, considerando-o introdutório ao conceito de justiça, uma vez que, segundo o autor, todos nós vivenciamos experiências de injustiças feitas a nós próprios e, também, com outros indivíduos ou grupos sociais. Os desdobramentos da injustiça – dores, sofrimentos, indignações e violências – são recuperados por Ricoeur para discutir as duas categorias de sujeito (ROSSETTI, 2015).

Os trabalhos de Paul Ricoeur se destacam por suas análises complexas e buscam apresentar respostas possíveis para aproximações interpretativas sobre conceitos diversos. Para o autor, o “justo”, como valor subjetivo e humano, é entendido como extensão das ações do sujeito, enquanto o valor da justiça é compreendido como indissociável da relação com o sujeito. O justo surge no sujeito, diz Ricoeur, mas não é exclusividade dele – alteridade, responsabilidade e ação prudente são elementos que compõem o universo do homem justo. Neste sentido, o justo é antes de tudo o esforço humano em agir de forma correta e ética com Si mesmo e com o Outro. “[...] O bem que se busca há de ser inseparável do bem do outro, sob pena de nada mais ser que um egoísmo repreensível,

que rebaixa o sujeito o impedindo de atingir o plano moral” (VILLELA-PETIT, 2013, p. 171).

Tais análises e considerações de Paul Ricoeur foram acolhidas por parte da comunidade intelectual e permitiram lançar a semente para transformação de sociedades mais solidárias, justas e humanas. Falar sobre justiça e/ou injustiça sob o enfoque ricœuriano significa pensar os conceitos de acordo com o modo hermenêutico de compreender-se a Si mesmo e ao Outro, partindo de reflexões mais profundas das condições que conformam a identidade dos indivíduos. Em outras palavras, pensar o Outro é constitutivo da consciência de Si e dos valores que se aprende a respeitar. A experiência da justiça/injustiça em Ricoeur, segundo Villela-Petit (2013, p. 170), “requer uma reflexão apurada, ou até mesmo em certos casos um conhecimento vivo da violência sofrida pelas vítimas, quando o que está em pauta é uma gritante injustiça social”.

Paul Ricoeur referirá que a concepção de justiça será sempre o reflexo de um desejo de vivência coletiva, ou seja, de uma cooperação social mais estreita. Deste modo, será mediante seus estudos que Ricoeur exprimirá a ambiguidade do conceito de justiça, quer quanto às intenções individuais, quer quanto aos vínculos cooperativos. De certo modo, tal forma de justiça, porque destinada a congregar contributos sociais muito distintos, não deixa de constituir a fonte de onde podem derivar os conflitos humanos (FERREIRA, 2017).

Em O si-mesmo como um outro, Ricoeur transita também por temas como autonomia, solicitude, respeito e vulnerabilidade. Tendo em vista uma maior humanização da justiça, a compreensão do conceito de justiça em Ricoeur à luz da vulnerabilidade e da exclusão deverá levar em conta tanto a violência que coexiste nas relações diretamente sociais, quanto nos conflitos políticos, econômicos, culturais presentes nas sociedades. A concepção ricœuriana de justiça tenta conciliar a dimensão ética da norma, que orienta a vida em sociedade, em conjunto com a dimensão da justiça, que orienta os indivíduos a agirem de forma justa consigo mesmos e com os outros. O princípio da orientação dos comportamentos humanos deveria, deste modo, se pautar na premissa defensável de que indivíduo e coletivo poderiam ser orientados pela virtude da justiça (ROSSETTI, 2015).

Ricoeur fala de uma "ordem simbólica" que definiria os poderes da comunidade e do Estado sobre o indivíduo, por meio de mecanismos de controle e legitimação destinados a prevenir a vulnerabilidade, a exclusão e a dominação. Essa ordem simbólica governaria as relações entre os indivíduos, por meio da mediação entre instituições e normas que garantiriam o exercício da justiça distributiva e corrigiriam as desigualdades

(BOUBLIL, 2015). Importante destacar que Ricoeur se refere à desigualdade entre os homens como desigualdades de chances e oportunidades, sejam elas por razões culturais ou sociais; desigualdades que se manifestam também no domínio da linguagem, do discurso, do sentido e da narrativa. Em diálogo com o pensamento filosófico de Eric Weil (2012) em torno da violência (Weil acreditava que pessoas deveriam dispor da razão e da linguagem razoável para “humanizar o humano”), Ricoeur argumenta que a impossibilidade de falar, a impossibilidade daquela linguagem da razão – narrar, discorrer, se exprimir e se justificar – é o que fragiliza as relações humanas, tornando-as injustas para determinados indivíduos ou grupos, que historicamente são excluídos de direitos sociais. “A violência fala”. Daí a importante pergunta de Ricoeur “o direito todo não repousa ele sobre o ganho que obtém a palavra sobre a violência?” (VILLELA-PETIT, 2013, p. 175; VALDÉRIO, 2014).

Segundo Ricoeur, somente pela relação mais equânime com o outro em comunidade é possível fortalecer a justiça social. No fundo, Ricoeur expressa a ideia de que o desejo de uma “paz comunitária” ou “ordem simbólica” justa só pode ser integralmente realizado quando lhe estiver implícito um juízo de cidadania prudente e criativo, direcionado para a constituição de novas formas de conduta, próximas de um “ideal de vida feliz”. Nesta medida, será somente pela superação das ações individualistas e pela ideia de solicitude que se afirmará a noção de justiça e o acolhimento necessário aos indivíduos vulneráveis.

Friedrich Nietzsche: o conceito de sofrimento e sua dimensão trágica

Sufrimento é um conceito que se estende por diversas definições na Filosofia, na Psicologia, na Antropologia, no Direito, na História, nas Artes. A etimologia da palavra é uma variante do latim *sufferre* que significa “aguentar”, “sofrer”, sentir dor física, psíquica e emocional (BARBOSA, 2006). De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, sofrimento é todo ato ou efeito de sofrer dor física, moral, ética, além de amargura, angústia, medo, ansiedade, desespero, revolta, solidão, que podem promover uma condição de profunda tristeza. Linguisticamente, a palavra é sinônimo de padecimento e significa o mesmo que “o ato ou efeito de sofrer”, experimentar suportar e tolerar dores físicas ou morais (COSTA E MELO, 1995).

Importante reconhecer que o sofrimento não se apresenta da mesma forma para todos os indivíduos. Diferentes culturas possuem concepções, percepções, vivências, experiências e perspectivas teóricas variadas acerca do sofrimento. São múltiplas as definições do conceito e

diante dessa multiplicidade de narrativas e sentidos, o sofrimento surge associado a eventos tais como doença, desemprego, perda, finitude, fome, dor, frio, falta de sentido, violência. Segundo Ceccarelli (2005), diferentes contextos históricos, sociais ou políticos percebem e tratam o sofrimento também diferentemente.

Marques (2017) afirma que reconhecer a dimensão coletiva do sofrimento possibilita entender a forma como afeta as dinâmicas sociais no interior de uma determinada comunidade, daí a importância em classificá-lo, estudá-lo e tratá-lo. As pessoas sofrem porque percebem a sua finitude, a sua doença, a sua dor. As pessoas sofrem porque vivenciam violências, injustiças e desigualdades. O sofrimento, neste caso, incorpora uma dimensão não apenas psicológica, mas também de significado existencial.

Os temas da doença, do sofrimento e da dor não estiveram alheios ao pensamento do filósofo Friedrich Nietzsche. Mas brotaram, sobretudo, de suas críticas à negação (que considerava pessimista) da Igreja Católica a tudo que o Cristianismo considera falho no ser humano, como a fraqueza, a mentira, a raiva, a inveja. Sua reflexão sobre o sofrimento estaria, também, associada ao próprio padecimento vivenciado por sua saúde frágil. Foi na percepção de suas agonias, angústias, dores e de sua fragilidade perante a doença, que o pensamento filosófico de Nietzsche ganhou contornos. Foi através da experiência da doença que Nietzsche mobilizou suas forças de defesa para superar suas dores psíquicas e físicas (THOMASS, 2019).

Diferentemente de Ricoeur (1994), que entende o sofrimento e a dor na dimensão corporal ou linguística, ou seja, as manifestações que têm lugar em órgãos específicos do corpo ou no corpo como um todo, na percepção de Nietzsche, o sofrimento não é um sintoma, nem uma patologia, mas uma experiência humana complexa, uma vivência abstrata e subjetiva pessoal, difícil de definir objetivamente.

Torna-se então imperativo compreender os recursos interpretativos e subjetivos usados pelos sujeitos para significar o sofrimento, que é definido subjetivamente em termos da própria pessoa, segundo os seus valores, as suas vivências, suas emoções, seu contexto e as suas crenças. Quais as explicações que os indivíduos utilizam para definir a palavra sofrimento? Como nosso pensamento transforma nossas percepções sobre conceitos como sofrimento, justiça e violência? O sofrimento dá ao indivíduo a experiência e a compreensão de si mesmo e do outro? Para Nietzsche o sofrimento é considerado “instrumento” eficaz na construção de sua filosofia e compreensão do si-mesmo.

Partindo da “obstinada e obsessiva reflexão sobre o sentido do sofrimento e, também, da dor em Nietzsche” (WEBER, CHICARELLI, 2013), suas interpretações apresentam uma explicação polarizada, homem/sofrimento. Existiriam então dois tipos de sofrendores, os que sofrem de abundância de vida e os que sofrem de empobrecimento de vida. Esses últimos buscam o silêncio e a quietude, muitas vezes a embriaguez e o entorpecimento; muitos vivenciam momentos de loucura. Os primeiros, os que sofrem por abundância de vida, possuem uma “força vital desmensurada”, diz Nietzsche. Para este grupo, o sofrimento é um estímulo para se tornar mais forte. Já os que sofrem por pobreza de vida, precisam suportá-la, embora não tenham vitalidade, pois estão sempre necessitando de força ou energia vital. Esse grupo de sofrendores constitui a maioria na “cadeia existencial” (NIETZSCHE, 2005, pp. 272-273; WEBER, CHICARELLI, 2013; NIETZSCHE, 2012).

Em Além do bem e do mal, Nietzsche afirma que “o sofrimento profundo enobrece”. O homem quer entender suas vivências, não se recusa em reconhecer que o sofrimento existe e que precisa ser compreendido, vivenciado e enfrentado (NIETZSCHE, 1992, p. 186; THOMASS, 2019). O sofrimento em Nietzsche ensinaria que a dor não constitui motivo de desânimo perante as incertezas da vida e que a “libertação espiritual” do autor se deu, em grande parte, por entender que a dor e o sofrimento devem ser entendidos como inerentes à existência humana (NIETZSCHE, 2005; WEBER, CHICARELLI, 2013; THOMASS, 2019).

Se o sofrimento poderia ser correlacionado à dor, à solidão, à tristeza, Nietzsche se debruçou mais atentamente ao tema por outro ângulo, correlacionando os conceitos “vida” e “prazer”. Acreditava que todos os tipos de sofrimento, infortúnios e fracassos deveriam ser entendidos como desafios a serem superados ao longo da vida. A vida não existe sem o sofrimento, são fundamentais esforços diários e constantes para superá-lo (NIETZSCHE, 2005, 2012).

Existe, por certo, uma tendência natural das pessoas de evitar o sofrimento. Mas isso não significa não vivenciar o sofrimento; se o homem perceber sentido no sofrimento ele aceitará sofrer, diz Nietzsche. O desafio é incontornável, pois sofrer atinge a integridade das pessoas e não se esgota na dimensão física, mas irradia-se para as dimensões cognitivas, mentais, emocionais e espirituais. Diferentemente dos animais, que não refletem sobre sua existência, seus sofrimentos e suas dores, o homem percebe que a capacidade de experimentar o prazer é condicionada à capacidade de suportar o sofrimento, o medo e as dores (THOMASS, 2019).

Para Nietzsche, os aprendizados, as experiências e a profundidade da compreensão de nós mesmos são possíveis justamente porque as pessoas vivenciam o sofrimento. Isso não significa dizer, contudo, que se deve buscar o sofrimento deliberadamente, mas entender que o sofrimento transforma as condutas e ações humanas. Ninguém quer sentir dor, diz Nietzsche, mas a “sensação fortuita do prazer” e da felicidade se faz antecipar pela experiência do sofrimento. A saúde, nas palavras de Nietzsche, apresenta-se ao sofredor como um estímulo que deve ser superado (NIETZSCHE, 2005, 2012).

Na história do pensamento filosófico, Nietzsche resgata o olhar trágico sobre a vida. A felicidade acontece para os que são corajosos e enfrentam os seus sofrimentos. Faz críticas ao Cristianismo, que seria responsável por “criar um sofrimento contra o sofrimento” ao afirmar que a vida só deixa de ser sofrimento quando remetida para o além, extinguindo, nesta medida, o próprio sofrimento humano. Como filósofo, Nietzsche entendia que era necessário aprender a agir diante do sofrimento, das dores, das injustiças, das doenças, das violências, de forma a aliviá-los, reconhecendo as vulnerabilidades, fragilidades e limites da humanidade. O sofrimento passa a ser visto não como algo que paralisa as ações, mas como um impulso para a percepção dos limites de nossa existência e da possibilidade de procurar outros modos de pensar e agir (SOUSA, 2014). Há quase cem anos um poeta brasileiro teve uma inspiração absolutamente nietzschiana: “Cada pedra no caminho é trampolim. O futuro se conjuga saltando” (Augusto Meyer, 1929; citado em Castro Santos, 2017).

Conclusão

De nossas reflexões e análises resulta a proximidade bastante clara entre o pensamento de Martín-Baró e as considerações, especialmente filosóficas, de Paul Ricoeur. Na mesma medida em que se aproximam, por meio do entendimento do que seria um sujeito ferido, agredido, injustiçado, ou seja, o sujeito que tem consciência acerca de si mesmo e de suas ações e práticas sociais, mas que tem consciência das inúmeras maneiras de habitar o mundo e torná-lo mais habitável; do mesmo modo se afastam as considerações de Ricoeur e de Martín-Baró da visão filosófica de Nietzsche, ao reabilitarem o cogito “destronado” por sua visão de mundo e de si próprio (DOUEK, 2011, p. 13). Suas dores, mazelas e sua subjetividade, ao tempo em que projetam um cogito visceralmente fragilizado, destoam da percepção de Ricoeur e Martín-Baró, que resgatam a unidade que se estabelece, em cada ação e em cada gesto, entre o sujeito e o mundo.

Para Ricoeur e, de certa forma, também para Martín-Baró, o sujeito encontra um meio de apreender-se como uma singularidade em meio à multiplicidade que caracteriza sua identidade pessoal. O sujeito compreende que sua existência não se restringe aos limites individuais, sendo antes caracterizada por um trabalho interminável de apropriação das alteridades, de sua relação multifacetada com o mundo. Esta relação, quando o cogito se reduz ou é tragicamente obscurecido diante do mundo, é a percepção maior de Nietzsche.

Finalmente, embora a reprodução das desigualdades sociais, nas sociedades brasileira e latino-americanas, seja uma forma de manutenção das formas de dominação e das relações de poder e submissão tradicionais, as experiências de injustiça social, as feridas morais e o sofrimento derivado do social podem, em alguns casos, constituir agente mobilizador de lutas e movimentos sociais pelos direitos e reconhecimento de alteridades submetidas a práticas de exclusão e violência sistemática nas distintas sociedades.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Prof. Luiz Antonio de Castro Santos por inúmeras sugestões editoriais, sem esquecermos sua lembrança dos versos do grande poeta gaúcho Augusto Meyer. Os autores agradecem também o apoio recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da CHAMADA MCTIC/CNPQ Nº 28/2018 - UNIVERSAL

REFERÊNCIAS

- BARATA, Rita. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Coleção Temas em Saúde da Editora Fiocruz, 2009.
- BARBOSA, António. Sofrimento. In BARBOSA, António; NETO, Isabel. Manual de cuidados paliativos. 1ª ed. Lisboa: Núcleo de Cuidados Paliativos do Centro de Bioética da Faculdade de Medicina de Lisboa, 2006: 397-417.
- BOK, Sissela Myrdal. Lying: Moral choice in public and private life. Boston: Vintage, 1999.
- BOUBLIL, Élodie. Instaurer la “juste distance”. Autonomie, justice et vulnérabilité dans la pensée de Paul Ricoeur. Archives Husserl de Paris. 6(2):13-31, 2015.
- CAMPELLO, Tereza. et.al. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. Saúde Debate, Número Especial. 42(3): 54-66, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0054.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.
- CASTRO SANTOS, Luiz A. O Pensamento Social no Brasil: estilos, idiomas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.
- CECCARELLI, Paulo. O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental. Psicologia em estudo. 3:471-477, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. Escritos de Marilena Chauí. Sobre a violência. São Paulo: Grupo Autêntica, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R0YvaTEOIJQ>>. Acesso em: 20 mai. 2020.
- COSTA, J. Almeida; MELO, A. Sampaio. Dicionário da Língua Portuguesa. 7ª ed. Porto: Porto Editora, 1995.
- DOMÈNECH, Miguel; IÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio. La construcción social de la violencia. Athenea digital, 2, 2002, pp. 1-10. Disponível em: <http://atheneadigital.net/article/viewFile/n2-domenech-iniguez/54-pdf-es>. Acesso em: 25 set. 2020.
- DOUEK, Sybil. Paul Ricoeur e Emmanuel Lévinas: um elegante desacordo. São Paulo: Loyola, 2011.
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- FARIA, Lina, CASTRO SANTOS, Luiz A. Violência e vulnerabilidade social: prática política e prevenção diante de riscos em saúde. In FARIA, Lina. Violências e suas configurações: vulnerabilidades, injustiças e desigualdades sociais. São Paulo: Hucitec, 2020: 27-48.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 59ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FERREIRA, Luís Miguel da Silva Mendes. Paul Ricoeur: da hermenêutica do mal aos fundamentos da justiça, 2017, 340. Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017.
- FURTOS, Jean. Psiquiatria y Sociedad. Sufrir sin desaparecer. In: A. Rodrigues (Org.). La Salud mental frente al cambio social. Editorial Kimpres: Bogotá, 2007.

- GAGNEBIN, Jeanne. Lembrar, escrever, esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GLAZER, Nathan, "Reflections: Reform work, not welfare". *The public interest* (40), Summer, 1975, p. 3-10.
- HONNETH, Axel. Reconocimiento y Menosprecio. Sobre la fundamentación normativa de una teoría social. Buenos Aires: Katz, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Cad. CRH*. 2019;32(85).
- IHU. Vacina não é bala de prata, pandemia exige ações complexas para superar a covid-19. Entrevista especial com Naomar de Almeida Filho, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/602215-vacina-nao-e-bala-de-prata-pandemia-exige-a-coes-complexas-para-superar-a-quarentena-entrevista-especial-com-naomar-de-almeida-filho>. Acesso em: 16 set. 2020.
- IPEA. Atlas da Violência. Retrato dos municípios brasileiros, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/21/atlas-da-violencia-dos-municipios-brasileiros-2019>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- IPEA/FBSP. Atlas da Violência. Ipea, 2016. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Atlas_violencia_2016.pdf Acesso em: 16 set. 2020.
- IPEA. Atlas da Violência. Infográfico. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlas-violencia/arquivos/downloads/8132-atlas-da-violencia-2020-infografico.pdf>.
- MARQUES, Maria Albertina. Solitude e sofrimento em pessoas maiores de 80 anos. 2017, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2017.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Acción e ideología psicología social desde Centroamérica. El Salvador: UCA Editores, 1999.
- NIETZSCHE, Friedrich. Além do bem e do mal. Prelúdio a uma filosofia do futuro (P. C. de Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NIETZSCHE, Friedrich. Além do bem e do mal. Prelúdio a uma filosofia do futuro. Tradução de Márcio Pugliesi. Curitiba: Hemus, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. A Gaia Ciência. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NU/CEPAL. Panorama Social da América Latina 2019. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/1/S1900909_pt.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.
- OPAS/OMS. Organização Pan-Americana da Saúde. Saúde nas Américas, edição 2012: Saúde nas Américas: Panorama regional e perfis de países. Washington, DC: OPAS, 2012.
- OPAS/OMS. Organização Pan-Americana da Saúde. Saúde nas Américas, edição 2017: Saúde nas Américas+. Resumo do panorama regional e perfil do Brasil. Washington, DC: OPAS, 2017.
- OPAS/OMS. Organização Pan-Americana da Saúde. Saúde nas Américas, edição 2019 Sociedades justas: Equidade em saúde e vida com dignidade. Relatório da Comissão da Organização Pan-Americana da Saúde sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas. Washington, DC: OPAS, 2019.

OPAS/OMS. Organização Pan-Americana da Saúde. Respuesta de la Organización Panamericana de la Salud a la Covid-19 en la Región de las Américas. Washington, DC: OPAS, 2020.

ORTEGA MARTINEZ, Francisco. (org). El trauma social como campo de estudios. In _____ (Org.), Trauma, cultura e história: Reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio. Bogota: Universidad Nacional, 2011: 17-62.

PATINO, Rafael; FARIA, Lina. Práticas de exclusão social: reflexões teórico-epistemológicas em torno de um campo de estudos. Revista Colombiana de Ciencias Sociales, v. 10, p. 426-444, 2019.

RICOEUR, Paul. Temps et récit. III. Paris: Seuil, 1985.

RICOEUR, Paul. O si-mesmo como um outro. Trad. Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

RICOEUR, Paul. Autonomie et vulnérabilité. In: RICOEUR, P. Le juste 2. Paris: Éditions Esprit, 2001.

ROSSETTI, Ricardo. Justiça em Paul Ricoeur. Uma hermenêutica do homem justo. São Paulo: LiberArts, 2015.

SCHRAIBER, Lilia Blima. Violência: questão de interface entre a saúde e a sociedade. Saúde soc. 2014; 23(3): xx.

SOUSA, Mauro Araújo. Nietzsche. Viver intensamente, tornar-se o que se é. São Paulo: Paulus, 1ª ed., 2014.

THOMASS, Balthasar. Afirmar-se com Nietzsche. Rio de Janeiro: Vozes Nobilis, 2019.

TRUC, Gêrôme. Une désillusion narrative? De Bourdieu à Ricoeur en sociologie, Tracés. Revue de Sciences humaines. 8: 47-67, 2005.

VALDÉRIO, Francisco. Linguagem, violência e sentido: a propósito de um debate entre Eric Weil e Paul Ricoeur. Argumentos, 6(11):159-171, 2014.

VILLELA-PETIT, Maria da Penha. "O justo e o legal na reflexão de Paul Ricoeur". Prometeus. 6(12):169-183, 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/viewFile/1028/1124>. [citado 20 jan 2020].

WEBER, José Fernandes, CHICARELLI, Monalisa. Sofrimento enquanto empobrecimento ou abundância de vida, 2013. [citado 24 fev 2020]. Disponível em: <file:///C:/Users/linaf/AppData/Local/Temp/29-Texto%20do%20Artigo-27-1-10-20141021-1.pdf>.

WEIL, Eric. Lógica da filosofia. São Paulo: É Realizações, 2012.



Lina Faria é doutora e mestre em Saúde Coletiva pelo IMS-Uerj, com Pós-Doutorado em Cooperação Científica Internacional pela Unicamp. É Professora Associada da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Coordenadora Institucional do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde da Família (MP-SF/PROFSAÚDE/UFSB). Editora Científica do periódico *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Saúde e Desigualdades Sociais (CNPq) e Coordenadora do Laboratório de Práticas Educação e Saúde (LPES) (<<https://laboratorio-depraticasufsb.webnode.com/>>). Principais áreas de pesquisa: envelhecimento e vulnerabilidades, violências e exclusão social, desigualdades sociais e iniquidades em saúde, redefinições das práticas profissionais. E-mail: linafaria1964@gmail.com/ e lina@ufsb.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6439-0760>. Publicações: FARIA, Lina. Violências e suas configurações: vulnerabilidades, injustiças e desigualdades sociais. São Paulo: Hucitec, 2020, v. 1. p. 560; FARIA, Lina, CASTRO SANTOS, Luiz A. Violência e vulnerabilidade social: prática política e prevenção diante de riscos em saúde. In FARIA, Lina. Violências e suas configurações: vulnerabilidades, injustiças e desigualdades sociais. São Paulo: Hucitec, 2020: 27-48. Rubens Correa Meirelles Junior, Julia de Oliveira Castro, Lina Faria, Clarice Lima Alvares da Silva, Waneska Alexandra Alves. Notificações de óbitos por causas externas e violência contra idosos: uma realidade velada. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*. 32, 2019:1-12.



Rafael Andrés Patiño, doutor em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Professor adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e docente permanente da Pós-Graduação em Estado e Sociedade PPGES/UFSB. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares sobre Subjetividade, Relações de Poder e Violência. Desenvolvendo estudos interdisciplinares sobre fenômenos de violência e precariedade social e suas consequências psicossociais, com sujeitos e comunidades em distintos contextos. E-mail: rafa.patigno@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6492-8252>. Publicações: PATINO, Rafael; FARIA, Lina. Práticas de exclusão social: reflexões teórico-epistemológicas em torno de um campo de estudos. *Revista Colombiana de Ciencias Sociales*, v. 10, p. 426-444, 2019. PATINO, Rafael; FARIA, Lina. Reflexões teórico-epistemológicas para o estudo de práticas de exclusão social. In FARIA, Lina. Violências e suas configurações: vulnerabilidades, injustiças e desigualdades sociais. São Paulo: Hucitec, 2020: 49-68. PATINO, Rafael Andrés, CHAVES, Antonio Marcos, FARIAS, Francisco Ramos. Estado e grupos armados na colômbia: carrascos, salvadores e experiência traumática. *Psicol. Soc.* [online]. 27(3), 2015: 629-639.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feministas: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacobá Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violenças: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desemprego na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoece: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke

- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campepinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Biótica* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: Iêdo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mari-nês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de processos de convivência digital virtual no contexto dos espaços de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminoti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascuo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexões na literatura universal: Leo Tolstoi – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta

- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lokmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pomalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasseman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalseto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéles Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Torgo Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Braganolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach

- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrantes-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelson Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martinez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *AArte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxebarria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Humet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lília Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuitas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneilson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kakzi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Kamy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais globalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zaremski Braga
- N. 271 *O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acacium Oliveira

- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atilio Machado Peppe
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Junges
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Murj Scalco
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentalizada* – Luis David Castiel
- N. 280 *Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia* – Alain Gignac
- N. 281 *A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual* – Mário José Maestri Filho
- N. 282 *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo* – Angela Ganem
- N. 283 *Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome* – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 *Renda básica em tempos difíceis* – Josué Pereira da Silva
- N. 285 *Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras* – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 *O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço* – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 *A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk* – Itamar Soares Veiga
- N. 288 *Para arejar a cúpula do judiciário* – Fábio Konder Comparato
- N. 289 *A Nova Providência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira* – Mari-linda Marques Fernandes
- N. 290 *A Universidade em busca de um novo tempo* – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 *Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo* – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 *As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras* – Aloir Pacini
- N. 293 *Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus* – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 *O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî* – Faustino Teixeira
- N. 295 *Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer* – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 *O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade* – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 *Escatologias tecnopolíticas contemporâneas* – Ednei Genaro
- N. 298 *Narrativa de uma Travessia* – Faustino Teixeira
- N. 299 *Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver*– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 *Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução científica na análise econômica*– Armando de Melo Lisboa
- N. 301 *Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular*– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 *Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas* - Renata Tomaz
- N. 303 *A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre* - Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 *Ártico, o canário da mina para o aquecimento global* - Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 *A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa* - Aline Weschenfelder
- N. 306 *Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas* - Rosana Batista Almeida
- N. 307 *História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança* - Patrik Bruno Furquim dos Santos



UNISINOS